



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

- ESTADO DE SÃO PAULO-

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS



PROJETO DE LEI - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
DAS METAS ANUAIS PARA RECEITAS (Artigo 4º - Parágrafo 1º e 2º)

1

ÍNDICES FISCAIS

PARÂMETROS	2021	2022	2023	2024	2025
Inflação Média	9,74%	10,07%	4,75 %	4,00 %	4,00%
Crescimento Econômico		2,50 %	2,50%	2,50%	2,50%
Margem de Erro		2,0%	2,0 %	2,0 %	2,0%

NOTA EXPLICATIVA: Índices de Inflação de 2021 – IPC FIPE, 2022 – IPCA até Julho/2022.

	2021	2022	2023	2024	2025
RCL PREVISTA	112.000.000,00	135.100.000,00	173.000.000,00	186.200.000,00	193.700.000,00
RCL REALIZADA	132.259.107,55	153.500.000,00			
PERCENTUAL	18,08 %	13,62%	12,70 %	7,63%	4,03%

NOTA EXPLICATIVA 01: No Exercício de 2022, foi ajustado a RCL Realizada conforme a arrecadação de Janeiro até Julho/2022.

NOTA EXPLICATIVA 02: O percentual acima refere-se à RCL PREVISTAXREALIZADA em cada exercício. Porém, com relação ao cálculo projetado para os exercícios seguintes foi utilizado o percentual do arrecadado em 2021 x o arrecadado em 2022 (previsão = 16,06%), deduzido parte frustração de receita e renúncia no valor de R\$ 1.000.000,00.

O Anexo de Metas Fiscais faz parte do Projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias – PLDO, tendo em vista a determinação contida nos parágrafo 1º e 2º do Artigo 4º da Lei Complementar Nº 101/2000. No referido anexo, são estabelecidas metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e também o montante da dívida do Município de Cajati, para o exercício a que se referem e para os dois seguintes.

Nesse sentido, são apresentadas as perspectivas econômicas com base no cenário projetado para os Exercícios de 2023, 2024 e 2025. Embora a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) tenha impactado negativamente nas atividades econômicas do país, tornando desafiador a projeção para os exercícios posteriores, o cenário macroeconômico atual vem se comportando de maneira satisfatória para o crescimento do país.

As receitas para o Exercício de 2023 foram estimadas considerando as receitas arrecadadas nos últimos dois anos e o comportamento da arrecadação até Julho do ano corrente. Então projetamos uma arrecadação de **Receita Tributária Bruta** para **2.023** no montante de **R\$ 35.254.000,00** (trinta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil reais), deduzindo a

estimativa de **Renúncia de Receita** no montante de **R\$ 1.000.000,00** (hum milhão de reais), ficando assim uma **Receita Tributária Líquida aproximada de R\$ 34.254.000,00** (trinta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil reais).

Foram ponderadas as peculiaridades que afetam o desempenho de cada fonte de receita, utilizando-se os principais índices econômicos na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 2.023, receitas que resumidamente demonstramos a seguir:

IMPOSTOS E TAXAS:

2

- **ISS** – Imposto relacionado com o nível de atividade econômica, observando os exercícios anteriores, obtivemos uma variação positiva. Sendo assim, estamos apostando numa melhora das atividades econômicas depois da vacinação em massa contra do COVID-19, projetando percentuais acima da inflação.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO – R\$	PERC. VARIAÇÃO %
2020	10.166.335,69	6,98
2021	14.525.505,83	42,88
*2022	20.000.000,00	37,69
2023	23.770.000,00	18,85
2024	24.800.000,00	4,00
2025	25.700.000,00	4,00
*Valor Atualizado		

- **IPTU** – Quanto ao IPTU, foram atualizados os cadastros, feito o recadastramento imobiliário e planta genérica nos Exercícios de 2019 e término em 2020. Portanto, há expectativa de melhor arrecadação para os próximos anos.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2020	4.325.190,71	1,45
2021	4.742.928,83	9,64
*2022	5.600.000,00	18,09
2023	6.160.000,00	10,0
2024	6.400.000,00	4,00
2025	6.700.000,00	4,00
*Valor atualizado		

- **Demais Impostos e Taxas** – foram utilizados a média da inflação dos índices IPC (Fipe), IGP-M (FGV), INPC (IBGE) e IPCA (IBGE), mais a Projeção de crescimento econômico, ficando em torno de **R\$ 5.324.000,00** (cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil reais).

Receita de Contribuições: compreende a receita proveniente da CIP – Contribuição de Iluminação Pública. A receita estimada considerou a receita arrecadada no Exercício de 2.022 até Julho, acrescida da média da inflação, ficando em torno de **R\$ 863.000,00** (oitocentos e sessenta e três mil reais).

Receitas Patrimoniais: a projeção desse grupo de receitas levou em consideração o período um pouco mais longo em que os recursos ficam aplicados sem utilização, um provável superávit financeiro que ocorrerá em 2022, a celebração de vários convênios, e principalmente a demora do desfecho das licitações ocasionando que os recursos fiquem aplicados num tempo maior. A previsão ficou em torno de **R\$ 4.789.000,00** (quatro milhões, setecentos e oitenta e nove mil reais) para o Exercício de 2.023.

Transferências Correntes: Recursos provenientes do Estado e da União, de natureza constitucional, legal ou voluntária; convênios firmados com Secretarias e Ministérios e ainda Transferências Intergovernamentais como o FUNDEB. Destacam-se neste grupo: 3

F.P.M. – Fundo de Participação dos Municípios

Foi estimado em função da arrecadação dos últimos exercícios e o arrecadado até Julho/2022, corrigida pela taxa de inflação e crescimento econômico do país. Entendemos que passada a crise econômica devido à pandemia do coronavírus, acreditamos que tenhamos um maior crescimento, alavancado pela expectativa de novas regras e apoio do Governo Federal com medidas que impulsionem a economia do Brasil. Além disso, com a promulgação da Emenda Constitucional N° 112/2021 que aprovou 1% do F.P.M. no Mês de Setembro de forma gradual, sendo 0,25% em 2022, 0,25% em 2023, 0,50% em 2024 e 1% em 2025, acreditamos que a arrecadação será maior.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2020	20.189.822,83	- 5,83
2021	26.960.099,22	33,54
*2022	31.950.000,00	18,51
2023	38.150.000,00	19,41
2024	39.700.000,00	4,00
2025	41.300.000,00	4,00
*VALOR ATUALIZADO		

COTA-PARTE DO ICMS:

O ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, como poderá ser observado nos últimos anos tem uma variação irregular não podendo ser considerado para apuração dos próximos exercícios a média de arrecadação dos exercícios anteriores. Portanto, acreditando na continuidade do crescimento e acentuando para os próximos exercícios, conforme o comportamento da arrecadação atual.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2020	33.526.930,27	- 2,56
2021	42.120.355,58	25,63
*2022	49.585.000,00	17,72
2023	54.000.000,00	8,90
2024	56.160.000,00	4,00
2025	58.400.000,00	4,00
*VALOR ATUALIZADO		

COTA-PARTE IPVA:

Apesar desta fonte de receita ter apresentado uma evolução acima dos índices de inflação, ela é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar sua arrecadação. Avaliamos o comportamento dos valores arrecadados no último exercício e o arrecadado até Julho/2.022, e acreditamos que devido à pandemia haverá um crescimento gradativo devido à queda nas vendas de veículos e crise financeira dos cidadãos.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2020	3.530.056,85	7,69
2021	3.853.655,52	9,15
*2022	5.400.000,00	40,15
2023	5.600.000,00	4,75
2024	5.880.000,00	4,00
2025	6.100.000,00	4,00
*VALOR ATUALIZADO		

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS:

As Transferências de Recursos do SUS vêm aumentando em decorrência de nova metodologia de repasses através de Blocos de Custeio e Investimentos. Para 2.023, 2.024 e 2025, projetamos a evolução dessa receita considerando uma inflação anual de 4,75, 4,0 e 4,00% (por cento) ao ano, ficando o montante de **R\$ 7.350.000,00** (sete milhões, trezentos e cinquenta mil reais) como previsão para 2023.

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB:

As transferências de recursos do FUNDEB têm apresentado até 2016 uma evolução decrescente tendo em vista a diminuição de alunos em idade escolar do ensino fundamental. Todavia, com relação aos alunos do ensino infantil haverá uma melhoria na questão ampliação do atendimento em creche, devido à construção de 02 Creches com término aproximado em Dezembro de 2022, portanto, estima-se um aumento nos recursos do FUNDEB. Além disso, temos o novo FUNDEB, através da Lei Nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020, que caracteriza-se principalmente na ampliação do investimento e pela maior eficiência na alocação de recursos, a saber:

ANO	VALOR ARRECADADO /PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2020	16.717.450,39	- 0,61
2021	20.566.955,60	23,02
2022	23.200.000,00	12,81
2023	24.300.000,00	4,75
2024	25.200.000,00	4,00
2025	26.300.000,00	4,00
*VALOR ATUALIZADO		

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

Quanto ao CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, projetamos a receita com base nas alterações de metodologia de cálculo realizadas pela ANM, considerando a Lei N° 13540 de 18/12/2017, Decreto N° 9.407 de 12/06/2018, Resolução ANM N° 6, de 02/04/2019 e Resolução ANM N° 25, de 11/02/2020. Porém, a partir do Exercício de 2021, ocorreu uma queda de arrecadação brusca, sendo assim estamos projetando para os próximos anos valores apenas corrigidos pela inflação.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2020	13.366.754,03	487,52
2021	8.206.940,89	- 38,60
2022	4.330.000,00	- 47,23
2023	4.500.000,00	4,75
2024	4.680.000,00	4,00
2025	4.860.000,00	4,00
*VALOR ATUALIZADO		

OUTRAS RECEITAS CORRENTES:

Devido às alterações no ementário/plano de contas da receita, a dívida ativa, multa e juros passaram a ser classificadas, juntamente com a receita principal, IPTU, ISS, ITBI no plano contábil 1100.00.0.0.00.00. Ficando, no grupo das outras receitas correntes apenas indenizações, restituições e receitas diversas, tornando difícil sua estimativa. Com a celebração do convênio junto ao DETRAN finalizado no 2º Semestre/2021, o Município passa a arrecadar recursos com referência à implantação de pátio para veículos apreendidos, melhorando assim a arrecadação deste grupo de receitas. Sendo assim, estamos prevendo um valor modesto de outras receitas correntes em torno de **R\$ 763.000,00** (setecentos e sessenta e três mil reais).

RECEITAS DE CAPITAL:

As receitas de capital com origem em alienação de bens, operações de créditos e convênios, apresentam um comportamento extremamente irregular, não permitindo utilizá-lo como indicativo para projeção. O

critério aqui adotado se baseia nas decisões tomadas em reuniões e audiência pública realizada para definir as prioridades e metas que serão incluídas na LDO.

Como os recursos originários do Município não são suficientes para atender as prioridades e metas aprovadas, a alternativa é buscar parcerias com o Governo Federal e Estadual através de convênios, contratos de repasse entre outros, vinculando à realização dessas prioridades a efetivação do ingresso desses recursos no Caixa do Tesouro Municipal. Neste sentido e em conversação com o Setor de Convênios, obtivemos algumas propostas lançadas nos sistemas e estimamos uma Receita de Capital para 2023 – CONVÊNIOS no montante de **R\$ 6.500.000,00** (seis milhões e quinhentos mil reais) e de alienação de ativos no valor de **R\$ 2.500.000,00** (dois milhões e quinhentos mil reais), totalizando a Receita de Capital de **R\$ 9.000.000,00** (nove milhões de reais). Quanto ao valor de alienação, cabe ressaltar que no Exercício de 2022, houve um investimento grande para compra de veículos e máquinas, devido ao desgaste dos existentes, havendo a probabilidade de leilão dos veículos com 10 ou mais anos de uso.

6

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

DAS METAS ANUAIS PARA RECEITAS E DESPESAS (Artigo 4º - Parágrafo 1º)

Na projeção das despesas para o **triênio 2023 – 2025**, considerou inicialmente os gastos que vêm sendo efetuados no exercício corrente, acrescidos de uma inflação média em torno de 5,50 a 10,0% (por cento). Também priorizando a manutenção da Administração Municipal, com ênfase na aplicação do ensino e saúde, buscando sempre pelo equilíbrio orçamentário e financeiro.

Quanto aos investimentos foram respeitadas as ações planejadas no PPA e revistos apenas metas físicas e financeiras. As metas contempladas estão vinculadas ao recebimento de convênios a serem firmados com Governo Federal e Estadual. Caso não se concretize tais receitas os investimentos serão readequados aos próximos anos ou de acordo com a necessidade e modificações apresentadas por cada unidade orçamentária responsável pelas metas e prioridades.

Especificação	Projetada		
	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES	191.898.400,00	203.403.000,00	212.757.600,00
Receita Tributária	34.254.000,00	36.528.000,00	38.683.000,00
Receita de Contribuições	863.000,00	883.000,00	913.000,00
Receita Patrimonial	4.789.000,00	3.237.000,00	3.319.000,00
Transferências Correntes	151.229.400,00	161.948.000,00	169.009.000,00
Outras Receitas Correntes	763.000,00	807.000,00	833.600,00
Deduções p/ Form. FUNDEB	18.898.400,00	20.203.000,00	21.057.600,00
RECEITAS DE CAPITAL	9.000.000,00	6.000.000,00	5.000.000,00

Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	2.500.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	6.500.000,00	6.000.000,00	5.000.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	182.000.000,00	189.200.000,00	196.700.000,00

NOTA EXPLICATIVA 01: A receita foi prevista levando - se em consideração a inflação e também a arrecadação dos últimos meses. O FPM e ICMS vêm mostrando um excesso de arrecadação, por este motivo foi previsto para os exercícios posteriores com percentuais melhores de arrecadação, ajustando assim a Receita do Município de Cajati.

NOTA EXPLICATIVA: Também no caso do ISS vêm surpreendendo as expectativas de arrecadação até Julho/2022.

7

Especificação	Projetada		
	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES	154.800.000,00	160.700.000,00	166.800.000,00
Pessoal e Encargos	67.210.000,00	71.900.000,00	77.000.000,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	87.590.000,00	88.800.000,00	89.800.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	27.200.000,00	28.500.000,00	29.900.000,00
Investimentos	27.200.000,00	28.500.000,00	29.900.000,00
TOTAL GERAL	182.000.000,00	189.200.000,00	196.700.000,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DÍVIDA E RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO

ANEXO DE METAS FISCAIS

O Resultado Primário, por sua vez, procura medir o comportamento fiscal do Governo Municipal no período e é decorrente da diferença entre Receitas Primárias e as Despesas Primárias. Entende-se como Receitas Primárias a arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Município excluindo-se as receitas financeiras. Como Despesa Primária, as despesas orçamentárias do Governo Municipal no período, excluindo-se as despesas com dívidas financeiras. Este quadro fica prejudicado em virtude do Município de Cajati, não ter realizado empréstimos.

Discriminação	2023	2024	2025
RECEITA TOTAL	182.000.000,00	189.200.000,00	196.700.000,00
(-) Aplicações Financeiras	4.789.000,00	3.237.000,00	3.319.000,00
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00

(-) Alienação de Ativos	2.500.000,00	0,00	0,00
= RECEITA PRIMÁRIA (I)	174.711.000,00	185.963.000,00	193.381.000,00
DESPESA TOTAL LIQUIDADA	163.811.000,00	178.463.000,00	186.181.000,00
(-) Juros e Enc. da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
= DESPESA PRIMÁRIA (II)	163.811.000,00	178.463.000,00	186.181.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	10.900.000,00	7.500.000,00	7.200.000,00

8

DÍVIDA Á LONGO PRAZO

Especificação	2023	2024	2025
Precatórios	200.000,00	2.000.000,00	2.500.000,00
RPV e Outras Sentenças	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Dívida Consolidada	300.000,00	2.100.000,00	2.600.000,00

Quanto á dívida á longo prazo do Município há inscrito **02 precatórios** com valor aproximado de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais), sendo 01 ação trabalhista e 01 precatório de outras espécies. Não há conhecimento de outras dívidas á longo prazo até a presente data de elaboração e apresentação das Diretrizes Orçamentárias para 2023. A previsão de precatórios para os Exercícios de 2024 e 2025, aumentaram significativamente devido termos conhecimentos de várias demandas de motoristas que entraram na justiça referente a insalubridade e horas extras, período de descanso entre jornadas.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

(LRF, Art. 4º, Parágrafo 3º)

MUNICÍPIO: CAJATI

EXERCÍCIO: 2.023

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor – R\$	Descrição	Valor – R\$
Frustração de Arrecadação e Discrepâncias de Projeções	5.460.000,00	Limitação de Empenhos – Despesas Correntes	2.135.000,00
Restituição de Tributos a Maior	240.000,00	Limitação de Empenho – Despesas de Capital	5.000.000,00
Epidemias, enchentes e outras situações de calamidade pública	300.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a Partir da Reserva de Contingência	865.000,00
Demandas Judiciais	2.000.000,00		

TOTAL	8.000.000,00	TOTAL	8.000.000,00
FONTE: Departamento de Finanças e Departamento de Tributação.			

DETALHAMENTO

Em conformidade com o que dispõe o Parágrafo 3º, do Artigo 4º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2.000, este Anexo tem como objetivo a identificação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar o **equilíbrio das contas públicas**, bem como as providências a serem tomadas caso estes vierem a se concretizar no decorrer do Exercício Financeiro de 2.023.

9

Na questão de riscos orçamentários, há possibilidade de frustração na parte de arrecadação, taxa de inflação ou fatos novos e imprevisíveis à época da elaboração da lei orçamentária. Além de divergências entre parâmetros estimados e parâmetros efetivos que poderão ocasionar mudanças econômicas que influenciarão no montante de recursos arrecadados e na execução das despesas.

Em consequência da pós pandemia, torna-se difícil projetar neste cenário econômico de volta gradativa. Diante disso, estamos estimando **discrepâncias e frustração de arrecadação** de estimativa em torno de 3,0% (três por cento) da Receita total para 2023, ou seja, o montante de **R\$ 5.460.000,00** (cinco milhões, quatrocentos e sessenta mil reais).

O **Município de Cajati**, já apresentou em outros exercícios, problemas da ordem de enchentes, ventanias, que ocasionaram desmoronamento de encostas e destelhamento de casas da zona rural e urbana c/ famílias desabrigadas, havendo assim, a necessidade de apoio às famílias, contratação de máquinas e outros equipamentos, serviços e materiais de higiene e limpeza, para regularização da situação. E também, nas ações da saúde no caso de Epidemias, entre outros que ocasionem soluções e gastos imediatos. Neste sentido estamos reservando o valor de **R\$ 300.000,00** (trezentos mil reais).

Quanto às condenações, desapropriações, multas e acordos judiciais, estão previstos no planejamento despesas c/ precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor – RPV informadas e de conhecimento da Administração Municipal, porém na avaliação de riscos teríamos que considerar em alguns casos estas ações que estão em tramitação ou ainda em fase de julgamento. Cumpre esclarecer que, em se tratando de demandas judiciais, nem sempre é possível estimar com clareza o montante devido em relação a futuras ou eventuais condenações. Por outro lado não há possibilidade de precisar com clareza quando ocorrerá o término de ações judiciais, haja vista que o tempo de tramitação de cada processo é variável, podendo durar vários anos. Por este motivo estamos provisionando o valor de **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais) com base nas sentenças judiciais pagas nos exercícios anteriores e também no sentido de nos resguardar caso ocorra tal risco.

Quanto aos outros riscos fiscais passivos implícitos, dado o caráter de sua imprevisibilidade inerente ao tipo de risco, é muito difícil identificá-lo ou estimá-lo. A possibilidade de sua ocorrência se amplia quando o setor financeiro encontra-se em situação de vulnerabilidade, se os sistemas de fiscalização são deficientes ou se não há suficiente acesso à informação.

Estamos reservando o valor de **R\$ 240.000,00** (duzentos e quarenta mil reais) para devolução de tributos cobrados indevidamente de acordo com processos administrativos em atendimento requerimentos de contribuintes diversos.

As medidas corretivas virão da reserva de contingência de 0,5% (meio por cento) da **Receita Corrente Líquida** do Município, no valor de **R\$ 865.000,00** (oitocentos e sessenta e cinco mil reais) e também da limitação de despesas corrente e de capital no total de **R\$ 7.135.000.000,00** (sete milhões, cento e trinta e cinco mil reais).

DEMONSTRATIVO IX - REPASSES AO TERCEIRO SETOR

OSC/ENTIDADE	VALOR DO REPASSE – R\$
ABRIGO JESUS ESPERANÇA E VIDA – RECURSO FEDERAL	19.000,00
ABRIGO JESUS ESPERANÇA E VIDA – RECURSO ESTADUAL	120.000,00
ABRIGO JESUS ESPERANÇA E VIDA – RECURSO MUNICIPAIS	708.000,00
ABRIGO JESUS ESPERANÇA E VIDA – RECURSO MUNICIPAL-OBRAS E EQUIPAMENTOS	850.000,00
SUBTOTAL ENTIDADE ABRIGO	1.697.000,00
APAE – ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. DE CAJATI –MAC	500.000,00
APAE – ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. DE CAJATI – RECURSO ESTADUAL	23.000,00
APAE – ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. DE CAJATI – SOCIAL	174.000,00
APAE – ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. DE CAJATI – EDUCAÇÃO	318.000,00
APAE – ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. DE CAJATI – OBRAS	500.000,00
SUBTOTAL ENTIDADE APAE	1.515.000,00
ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA PROJETO NOVA GERAÇÃO – RECURSO MUNICIPAL	320.000,00
SUBTOTAL ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA	320.000,00
TOTAL DE REPASSES PREVISTOS	3.532.000,00

DEMONSTRATIVO X

ALTERAÇÕES PPA/LDO 2023

AÇÃO 2127 – APOIO A POLÍCIA
AÇÃO 1006 – READEQUAÇÃO ESPAÇO FÍSICO DEPTO. JURÍDICO
AÇÃO 1125 – CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DO SESMT
AÇÃO 1126 – READEQUAÇÃO DO PRÉDIO DO ALMOXARIFADO
AÇÃO 1127 – REVITALIZAÇÃO DO PRÉDIO DO PAÇO MUNICIPAL
AÇÃO 2129 – MANUTENÇÃO DO POUPATEMPO
AÇÃO 1076 – DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA PARA CEMITÉRIO
AÇÃO 1114 – CONT. PONTE ESTRUTURA MISTA BAIRRO CAPELINHA
AÇÃO 2136 – MANUTENÇÃO BANCO DO Povo, SEBRAE E OUTROS
AÇÃO 2137 – FEIRA DO EMPREENDEDOR
AÇÃO 1131 – INST. ESTRUTURA METÁLICA AV. LUIZ DE LIMA
AÇÃO 2138 – NÚCLEO DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PERMANENTE
AÇÃO 1133 – COLAR DE GIRASSOL

ALTERAÇÕES PPA/LDO 2023

AÇÃO 1076 – DESAPROPRIAÇÃO PARA CONSTR. UBS VILA TATU
AÇÃO 2134 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA UBS DA VILA TATU
AÇÃO 1134 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA MUNICIPAL
AÇÃO 1129 – CAPACITA SUAS
AÇÃO 2142 – CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO DO CONSELHO TUTELAR
AÇÃO 1135 – PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAJATI
AÇÃO 1136 – MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
AÇÃO 1124 – CONSTR. REFORMA E AMPL. ANTIGO COLINA (Prédio Multiuso)
AÇÃO 2128 – MANUTENÇÃO DO ATERRO MUNICIPAL
AÇÃO 1130 – CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA VILA ABÓBORA
AÇÃO 1132 – CONSTRUÇÃO QUADRA COBERTA VILA ANDRÉIA
AÇÃO 1076 – DESAPROPRIAÇÃO PARA ÁREA DE ESPORTES E LAZER

11

ALTERAÇÕES PPA/LDO 2023

AÇÃO 2139 – AMPLIAÇÃO SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA
AÇÃO 1115 – IMPL. SERV. DE ACOLH. DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA
AÇÃO 2125 – TERCEIRIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL
AÇÃO 2132 – CAPACITA SUAS
AÇÃO 2142 – SIST. ÚNICO DE ASSIST. SOCIAL
AÇÃO 2143 – CONTR. VIA CONCURSO PÚBLICO EDUCADOR E ENTREVISTADOR SOCIAL
AÇÃO 2140 – MANUTENÇÃO CREAS – PCD E IDOSOS PAEFI
AÇÃO 2141 – TERCEIRIZAÇÃO SERVIÇOS DE LIMPEZA E OUTROS SERVIÇOS P/ PRÓ-IDOSO
AÇÃO 2130 – MANUTENÇÃO DO CADASTRO ÚNICO
AÇÃO 2131 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIVA LEITE
AÇÃO 2133 – ACOLHE CAJATI
AÇÃO 1128 – COBERTURA ÁREA EXTERNA E OBRAS COMPL. CRECHE SONHO ENCANTADO

CÁLCULO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

PARA AS EMENDAS IMPOSITIVAS

RCL – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA PARA 2022 (deduzido as transferências voluntárias e/ou convênios)	R\$ 138.800.000,00
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 1,2%	R\$ 1.668.000,00
DA EMENDA DE 1,2% A METADE 0,6% VAI PARA A SAÚDE	R\$ 834.000,00
A OUTRA METADE É LIVRE 0,6%	R\$ 834.000,00
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 1%	R\$ 1.388.000,00
TOTAL DE RESERVA PARA EMENDAS IMPOSITIVAS	R\$ 3.056.000,00

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, 17/10/2022.